



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

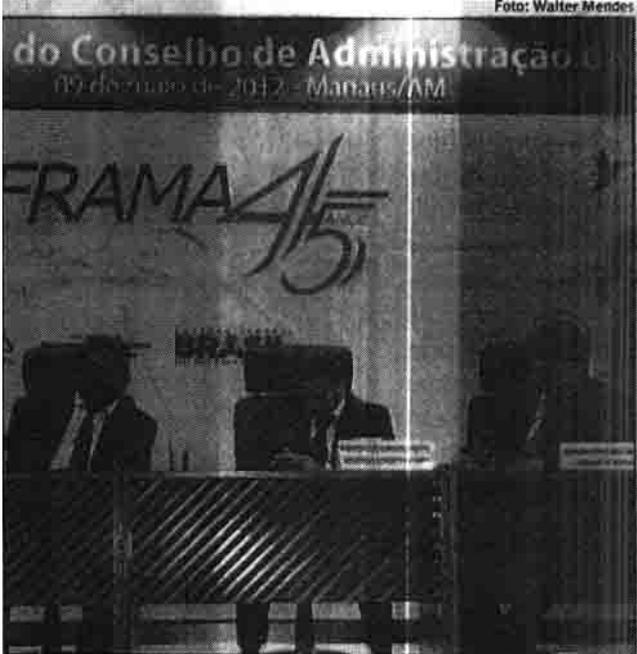
Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 10 de maio de 2012

JORNAL DO COMMERCIO	
Aprovação	1
CAPA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Reunião marcada por críticas à PEC	2
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Reunião marcada por críticas à PEC (continuação).....	3
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
CNI	4
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Arrecadação	5
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Oscar da Indústria	6
ECONOMIA	
A CRITICA	
NOVAS VAGAS.....	7
CAPA	
A CRITICA	
sobe e desce	8
OPINIÃO	
A CRITICA	
GESTÃO	9
ECONOMIA	
A CRITICA	
HOJE	10
ECONOMIA	
A CRITICA	
Amazonas 'massacrado'.....	11
ECONOMIA	
A CRITICA	
Desafinado	12
BEM VIVER	
AMAZONAS EM TEMPO	
PEC da Música' avança e será votada com urgência	13
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Economia	14
CAPA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Claro & Escuro.....	15
OPINIÃO	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
CCJ aprova PEC da Música e Vanessa promete emendas	16
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Indústria teme prejuízos com cheia	17
ECONOMIA	
MASKATE	
CAPA	18
MASKATE	
Dança da agonia estrangula ZFM	19
MASKATE	
Dança da agonia estrangula ZFM (continuação).....	20

Aprovação

Foto: Walter Mendes



PEC da Música deve causar perdas para a indústria

A aprovação de mais uma etapa da PEC da Música, desta vez pela CCJ do Senado, ontem em Brasília, foi recebida com críticas pelo setor industrial no Amazonas. "Eu creio que a maior perda não é para o Amazonas, e sim para o país", disse o superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, durante a reunião do CAS.

Página A5

O superintendente da Suframa acha que o prejuízo da PEC é para o país

Reunião marcada por críticas à PEC

Por Juliana Geraldo

A aprovação de mais uma etapa da PEC da Música, desta vez pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado Federal, ontem em Brasília foi recebida com críticas pelo setor industrial no Amazonas.

“Eu creio que a maior perda não é para o Amazonas, e sim para o país, pois com a aprovação estamos dando imunidade para a indústria do entretenimento, uma das mais promissoras atualmente. Entendemos que uma proposta de lei complementar com uma política nacional de música seria muito mais relevante para a finalidade de incentivar o artista. É equivocado utilizar a emenda constitucional”, declarou o superintendente da Suframa (superintendência da Zona Franca de Manaus), Thomaz Nogueira, durante reunião do CAS (Conselho Administrativo da Suframa), na tarde de ontem.

“Anteontem, em audiência pública em Brasília, nós do segmento e outras entidades como e Receita Federal e Suframa tentamos interceder contra a proposta, mas sabíamos de antemão que não teríamos êxito nesta fase porque temos pouca representação. A PEC está enganando os músicos, que acham que serão beneficiados. Só quem deve se beneficiar é a pirataria e a importação de mídias”, atacou o presidente do Sindmaf-AM (Sindicato das Indústrias de Meios Magnéticos e Fotográficos do Estado do Amazonas), Amauri Carlos Blanco.

Ele destaca que, se aprovada nos dois turnos do Senado -próximo passo do processo- a medida representa a perda de 7 mil empregos diretos no PIM. A situação se agrava quando se calcula os empregos indiretos, já que de acordo com o cálculo da Suframa, cinco postos indiretos são perdidos para cada emprego direto. Portanto, seriam 35 mil postos de trabalho indiretos.

Riscos e custos

Para Thomaz Nogueira, o risco na redação atual se estende não apenas à música, mas aos suportes físicos que abrigam a

Reunião marcada por críticas à PEC (continuação)



O CAS aprovou ontem 57 projetos que somam US\$ 360,9 milhões, com previsão de geração de 1.214 novas vagas em até três anos

Posso garantir que estamos empenhados em que a indústria amazonense não perca com a PEC

Alessandro Teixeira,
MDIC

zziotin, articuladora do encontro, é apresentar emendas ao texto da PEC, que minimizem o máximo possível os danos para a indústria fonográfica do Amazonas.

Projetos Aprovados

O CAS aprovou 57 projetos que somam US\$ 360,9 milhões. A previsão é de geração de 1.214 novas vagas nos próximos três anos. A pauta incluiu projetos nas áreas da saúde, informática e duas rodas.

Alguns destaques foram os projetos de implantação da Sense Bike para bicicletas elétricas com investimento total de US\$ 6,3 milhões, da CMC da Amazônia com US\$ 15 milhões para produção de óculos de sol e relógios de pulso.

O projeto de ampliação da Dafra com injeção de US\$ 16,4 milhões para produzir motocicleta acima de 450 cm e bicicleta elétrica também teve destaque.

A Masa também pediu aprovação para outro projeto de telejogos com investimentos totais de US\$ 49,3 milhões e a Bramont que quer trazer mais uma linha de veículos utilitários (jipe) e transporte de mercadorias para o PIM, com investimentos de US\$ 68,8 milhões.

obra do artista.

"Essa imunidade, diferente do que se pensa vai incluir obras estrangeiras e não apenas nacionais. Se um filme, por exemplo, tiver apenas uma música de um artista nacional, a obra está imune de tributos no país. Videogramas, fonogramas, envolve tudo", reforçou.

Além disso, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) destacou em nota que a alteração não vai promover grandes ganhos, como se espera. "A economia na produção do CD é de centavos, por unidade. Se um CD custa cerca de R\$ 4,00 aproximadamente, e o que será retirado do custo é o ICMS (12%), a economia será de apenas R\$ 0,48. Se no produto final, com música, o CD custa R\$ 20,00, a redução nesse preço final será apenas do ICMS, indo para R\$ 19,50. O que não vai torná-lo competitivo frente aos CDs piratas, que custam menos

de R\$ 5", esclareceu.

Já no PIM, segundo dados do Sindmetal-AM (Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas), o preço para se produzir uma mídia a R\$ 3, incluindo o transporte.

Nogueira afirmou que uma solução mais racional está sendo buscada pelo segmento industrial para garantir a constitucionalidade da proposta. "A discussão ainda está longe do

fim", observou.

Diante das divergências sobre a PEC da Música, a proposta é de que na próxima segunda-feira, empresários do setor de CDs e DVDs do PIM, artistas nacionais e Receita Federal participem de uma reunião de trabalho no Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio) para chegar a um acordo.

O objetivo de Vanessa Gra-

Dados

OUTROS ASSUNTOS

Durante a segunda reunião do CAS, Thomaz Nogueira anunciou que a Suframa está realizando um mapeamento geral sobre as possibilidades de um distrito agroflorestal (pecuário).

Ele informou ainda que até o final do primeiro semestre, o desenho final do projeto do CBA (Centro de Biotecnologia da Amazônia) - análise econômica da proposta de empresa pública e o modelo legal - estará formatado.

Por dentro

IMUNIDADE

A PEC (Proposta de Emenda à Constituição) n. 123/11 dá imunidade tributária do ISS (Imposto Sobre Serviços) e ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros, bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham.

A redução seria de 25% o preço final do produto, medida que se justifica como combate à pirataria no país.

A aprovação na CCJ contou com apenas um voto contrário, o do líder do governo, senador Eduardo Braga (PMDB-AM).

De acordo com os últimos dados para o setor levantados pela Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), o polo de CDs e DVDs gerou um faturamento de US\$ 1,2 bilhão em 2010. Atualmente, emprega cerca 7 mil funcionários (3 mil na fabricação e 4 mil nas indústrias de componentes ligadas ao segmento).

CNI

Sinais de recuperação na atividade

Dados relativos ao faturamento, emprego, horas trabalhadas e massa salarial apresentaram evolução no ano

Há sinais de recuperação da atividade industrial nos últimos meses. É o que afirma o economista chefe da CNI (Confederação Nacional da Indústria), Flávio Castelo Branco, ao comentar ontem os dados divulgados pela entidade referentes a março.

As vendas reais, que medem o faturamento na indústria, cresceram 0,9% em março ante fevereiro e 3,6% na comparação com março de 2011. As horas trabalhadas na produção também aumentaram 0,4% em relação a fevereiro e 0,7% ante março do ano passado.

O emprego industrial aumentou 0,3% em março deste ano na comparação com fevereiro e 0,4% ante março de 2011. A massa salarial real subiu 9,8% em março ante março de 2011. A CNI não divulga este indicador dessazonalizado em relação ao mês anterior.

"Março indica que, apesar do início do ano mostrar dificuldades que caracterizaram a indústria em 2011, a expectativa é que haverá uma retomada gradual da atividade ao longo do ano", afirmou Castelo Branco.

O Nuci (Nível de Utilização da Capacidade Instalada) na indústria ficou em 81,5% em março deste ano. Este foi o único indicador que recuou no período. Em fevereiro, o Nuci

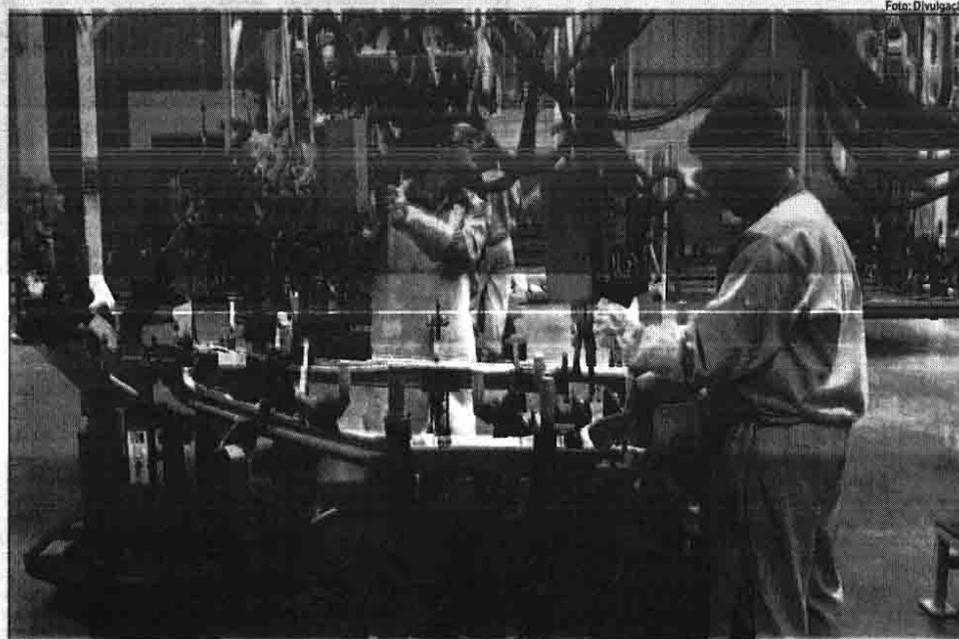


Foto: Divulgação

As horas trabalhadas na produção também aumentaram 0,4% em relação a fevereiro e 0,7% ante março do ano passado

era de 82% e, em março do ano passado, de 82,7%. O Nuci de março ficou abaixo da mediana calculada pelo AE Projeções, de 81,85%. Conforme o levantamento, os analistas esperavam um Nuci entre 81% a 82%.

Castelo Branco disse ainda

que, apesar do crescimento da demanda no Brasil, a indústria tem perdido vendas para os produtos importados. "O nosso problema é que esta demanda não está chegando ao setor industrial, que tem problemas de competitividade

com a concorrência dos importados", disse.

As vendas reais da indústria acumularam alta de 1,5% no primeiro trimestre de 2012 em relação aos três primeiros meses de 2011. O emprego no setor também se manteve po-

sitivo, com alta de 0,4%. Por outro lado, as horas trabalhadas - indicador mais ligado à produção física - caíram 0,4% no primeiro trimestre deste ano. A massa salarial real na indústria, por sua vez, subiu 7,3% no período.

Crescimento mais forte no 2º semestre

O economista chefe da CNI, Flávio Castelo Branco, previu que o crescimento mais forte da indústria deve ocorrer apenas no segundo semestre. Segundo ele, os efeitos de medidas estruturais, como desoneração na folha de pagamento das empresas e mudança no patamar do câmbio, são mais lentos. No entanto, ele não espera queda da atividade industrial no segundo trimestre de 2012.

"Acho que haverá uma retomada mais gradual", disse. "Mas números mais positivos devem se materializar no segundo semestre." Castelo Branco disse que a notícia dos estoques elevados das montadoras em abril trouxe preocupação. Em sua avaliação, houve uma antecipação de compras de automóveis durante o tempo em que o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) esteve reduzido. Agora, a demanda deve ser mais moderada.

Arrecadação

Sindifisco questiona fiscalização da Sefaz

Primeiro quadrimestre rendeu R\$ 2.119.949.394 aos cofres públicos, mas sindicato e parlamentares avaliam que desempenho deveria ser melhor

Emyle Araújo
Especial para o JCE

Em estudo econômico, o Sindifisco (Sindicato dos Funcionários Fiscais do Amazonas) abre discussão sobre os números arrecadados pela Sefaz-AM (Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas). Para o presidente do sindicato, Joaquim Corado, falta fiscalização e coerência no processo de fiscalização e arrecadação dos tributos.

A Sefaz-AM (Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas) recolheu R\$ 589.264.161 no mês de abril, o que representa um aumento de 23,51% quando comparado a 2011. O primeiro quadrimestre rendeu R\$ 2.119.949.394 aos cofres públicos. Embora a receita tributária estadual tenha fechado com saldo positivo no mês de abril, parlamentares e funcionários fiscais do Estado consideram números preocupantes para a economia do Amazonas.

Na manhã de ontem, o deputado estadual Marcelo Ramos (PSB) discursou na ALE-AM (Assembleia Legislativa do Amazonas) sobre a queda da arrecadação de impostos nos últimos anos. "Enquanto o Estado arrecadou R\$ 1,47 bilhão nos primeiros três meses do ano passado, no mesmo período de 2012 o montante obtido foi de R\$ 1,422 bilhão. Isso significa uma queda de 3,74%, o que causou uma diminuição no valor arrecadado em valores absolutos de R\$ 55,22 milhões", afirmou.

Com um total de 8,4% a mais do que o arrecadado nos primeiros meses de 2011, o secretário executivo Juarez Tridapalli



Foto: Walter Mendes

Sector de bebidas foi um dos que apresentaram resultado considerado suspeito pelo Sindifisco

comemora o desempenho da receita. "A atividade econômica do Estado melhorou, assim como a administração tributária na arrecadação, fiscalização e tributação", diz.

O presidente do Sindifisco, Joaquim Corado, discorda. Para ele, os números não são satisfatórios quanto parecem. "Querem substituir o homem pela máquina, mas quem continua circulando é a mercadoria", alfineta. Enquanto Tridapalli elogia a gestão, Corado aponta falhas como má utilização de recursos tecnológicos e da mão de obra disponível. "É preciso ter domínio sobre as informações. Uma nota fiscal eletrônica não fala por si", diz.

Marcelo Ramos cita como exemplo de falha na fiscalização de arrecadação três itens

(bebidas, telecomunicações e combustíveis) que não diminuíram o preço e nem o consumo nos últimos anos. No entanto, todos demonstram queda de contribuição tributária. Sobre os combustíveis, o deputado diz que, em 2006, a arrecadação foi de 21,78% do total e, em 2011, chegou a 13,41%.

Levando em consideração um número aleatório de 300 mil veículos que circulem na capital amazonense, menos de 20 mil pedem nota fiscal ao abastecerem. "O controle precisa ser feito nas distribuidoras e não quando o combustível está nos postos", argumenta o presidente do Corecon-AM (Conselho Regional de Economia do Amazonas), Ailson Rezende. "A gasolina aumentou o preço para o consumidor, a frota cresceu na

cidade e a arrecadação caiu?", questiona.

Uma alternativa, segundo Corado, seria tributar esses produtos - que se mostram mais instáveis para serem controlados - antes de chegar ao mercado externo, nos depósitos ou na sua chegada.

Com a intenção de aumentar a tributação nas bebidas alcoólicas, a ALE (Assembleia Legislativa do Estado) aprovou em dezembro de 2011 que a alíquota do ICMS sobre bebidas alcoólicas subisse para 30% no Amazonas. O resultado disso foi a migração dos empresários para o Pará em busca de estoque mais barato. "Atualmente, não há controle sobre esses produtos e outros, como petróleo, trigo e medicamentos", explica.

ICMS responde por 93% da receita total

O ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) é o tributo mais representativo no processo de arrecadação tributária, com 93% da receita total. Somente em abril, acumulou R\$ 523.261.167 (17,55% a mais do que no ano passado, no mesmo período). De acordo com o presidente da Federação Amazonense, José Roberto Tachon, o comércio e serviços

são responsáveis por 52,56% da arrecadação do ICMS no Estado. A indústria contribui com 47,45%.

Na primeira fase do segundo trimestre, o comércio respondeu por R\$ 220.728.155 (84,36% a mais que em 2011), o que representa 7,37% a mais que o quadrimestre do ano anterior. Já o setor de serviços apontou o acréscimo de R\$ 58.127.185 quando compa-

rado a abril passado. O setor da indústria registrou alta de 20,71%, com um total arrecadado de R\$ 254.403.826.

Segundo trimestre

De acordo com o representante do Corecon-AM, os indicadores estão crescendo e deve-se notar uma melhoria a partir de junho, quando o mês de maio será avaliado. "Os números estão avançando

como pretendíamos, mas os próximos meses prometem saldo positivo", estima.

Para Rezende, uma das razões que influenciaram a subida da arrecadação deve-se aos balanços acertados pelos bancos nacionais. "A queda dos juros para os clientes possibilita o aumento do consumo. O financiamento deixou de ser algo exclusivo da casa própria.

Oscar da Indústria

A Fieam e Cieam promovem mais uma edição do Prêmio Industrial do Ano. A edição 2012 vai homenagear o industrial Issao Mizoguchi, novo presidente da Moto Honda da Amazônia. André Roberto Lima Tapajós, da empresa TAP4 Informática, será agraciado como Microindustrial 2012 e empresa Recofarma Indústria do Amazonas Ltda. como a maior exportadora do Amazonas em 2011. A solenidade acontece no próximo dia 18, no Clube do Trabalhador, também concede ao ministro Mauro Luiz Campbell Marques a Ordem do Mérito Industrial da Confederação Nacional da Indústria.

NOVAS VAGAS

Concurso na Suframa é anunciado

sobe e desce



Thomaz Nogueira

TITULAR DA SUFRAMA

>> **Anunciou concurso público para a autarquia e reestruturação do CBA.**

GESTÃO

Suframa abrirá novas vagas

Anúncio foi feito pelo superintendente Thomaz Nogueira durante a reunião do CAS, na qual 57 projetos foram aprovados

RENATA MAGNENTI
renatamagnenti@acritica.com.br

Novo concurso público para preenchimento de cargos na Suframa, reestruturação do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) e do Polo Agroindustrial, que agora passará a se chamar Agroflorestal. Foi o que anunciou o superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, ontem, durante a reunião do Conselho de Administração da Suframa (CAS), na qual foram aprovados 57 projetos que somam investimentos de US\$ 368,7 milhões.

Thomaz prometeu que na próxima reunião do CAS, no dia 28 de junho, apresentará o número de vagas que serão ofertadas no certame, mas adiantou que haverá chances para os níveis médio e superior. O edital será publicado este ano, como parte do plano de atendimento à recomendação feita pelo Judiciário federal de que a autarquia substitua os terceirizados por funcionários efetivos, admitidos via concurso público.

O último concurso da Suframa foi realizado em 2008, e ofereceu 144 vagas. No entanto, nem todos os aprovados foram chamados, em dezembro passado, por



Alessandro Teixeira, secretário-executivo do MDIC, e o superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira

Ação articulada com entidades

O superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, disse, ainda durante a 256ª reunião do CAS, que a autarquia buscará realizar ações em conjunto com as entidades

de classe vinculadas à indústria amazonense, tendo em vista adotar medidas que venham a minorar os efeitos da cheia que atinge Manaus.

exemplo, 81 aprovados foram convocados. Em fevereiro deste ano, Thomaz chegou a anunciar novo concurso e disse que o certame foi autorizado pelo Ministério do Planejamento e que seriam oferecidas 173 vagas.

Embora tenha anunciado que haverá esforço para destravar

o CBA, que até agora não tem personalidade jurídica, Thomaz não entrou em mais detalhes alegando que não conhecia a fundo as atividades nele realizadas atualmente. Segundo ele, o novo conselheiro do CAS e especialista em políticas e gestão governamental do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Rafael de Aguiar, é quem está fazendo a análise do novo modelo que será adotado.

O superintendente adjunto de Projetos da Suframa, Gustavo Igrejas, está à frente do trabalho que visa reanimar o polo agropecuário. De acordo com Thomaz, entre outros aspectos, o projeto deverá promover a regularização fundiária.

A reunião com os conselheiros, sua maioria representantes do Governo Federal, durou pouco mais de uma hora e meia, período em que todos os projetos em pauta foram aprovados. Apenas uma ressalva foi feita, quanto à implantação da Componente Indústria e Comércio Ltda, que vai produzir televisores em cores sem tecnologia digital. O superintendente afirmou que a ressalva será analisada junto à empresa, porém disse que ainda há mercado para televisores de tubo sem sinal digital.

Blog

Alessandro Teixeira

SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MDIC



“Foram aprovados

hoje (ontem) projetos nas áreas de saúde, automobilismo, entre outros setores, que gerarão mais de 1.200 empregos, o que é satisfatório. Outras novidades serão concretizadas nas próximas reuniões. Fábricas que atuam nos segmentos de ar condicionado, cosméticos e que se encaixam no polo eletroeletrônico têm me procurado em Brasília com interesse de se instalar em Manaus. E, a partir da próxima semana, a Suframa deve começar a se adequar às diretrizes da Lei de Acesso à Informação.”

Manaus, quinta-feira, 10 de maio de 2012.

HOJE

Amazônia Legal em pauta

Governadores dos Estados dessa região discutirão, em Manaus, estratégias de desenvolvimento

Os nove governadores da Amazônia Legal se reúnem hoje, em Manaus, por ocasião da 11ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo (Condel) da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Além dos governadores, o Conselho é integrado por representantes das classes empresarial e de trabalhadores, confederações de indústrias,

agriculturas e comércio, e Frente Nacional de Prefeitos da Amazônia, pelos Ministérios da Integração Nacional, Planejamento, Fazenda, Sudam e Banco da Amazônia. A reunião vai tratar de assuntos referentes ao financiamento de projetos do Banco da Amazônia e planejamento do desenvolvimento da região.

A reunião do Condel será

presidida pelo ministro da integração, Fernando Bezerra. Os conselheiros analisarão a proposta de programação de financiamento do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte-FNO para o exercício de 2012. Administrado pelo Banco da Amazônia, o FNO é destinado às micro, pequenas, médias e grandes empresas que desen-

volvam atividades nos setores mineral, industrial, agroindustrial, turístico, de infraestrutura, comercial e de serviços. Na reunião o Banco apresentará uma proposta de alteração no Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo para este ano. Entre as alterações estão facilidades e novos critérios de classificação de crédito para as peque-



Djalma Mello, titular da Sudam

nas, micro e médias empresas.

Além desses assuntos, o Condel também discutirá e aprovará o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), elaborado pela Sudam aponta as diretrizes estratégicas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira. O Plano vem sendo discutido há dois anos, sendo que em 2010 a Sudam realizou consulta pública a todos os estados da região com o objetivo de colher sugestões para sua composição. A reunião do Condel acontece às 9h30, no Salão Solimões, anexo ao Centro Cultural Palácio Rio Negro, Centro.

Amazonas 'massacrado'

PEC da Música passa fácil na CCJ do Senado. Em regime de urgência, agora vai ao plenário

ANTONIO PAULO

antoniopaulo@acritica.com.br

BRASÍLIA (SUCURSAL) – Aprovada com apenas um voto contrário, o do senador Eduardo Braga (PMDB-AM), a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 123/11), que isenta os impostos – II, IPI, ICMS interestadual – das obras musicais de autores brasileiros, foi aprovada ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Na mesma sessão, a CCJ também aprovou o regime de urgência da PEC da Música que vai ao plenário. A bancada do Amazonas promete apresentar emendas para modificar o parecer do relator, senador Eunício Oliveira (PMDB-CE).

A senadora Vanessa Grazziotin, que não pôde votar contra a PEC 123/11 porque não é membro da CCJ, mas protestou durante toda a sessão, disse que vai oferecer duas emendas de plenário. A primeira pedirá que a isenção dos tributos seja apenas para a comercialização virtual, a venda de música pela Internet. Ela também quer introduzir a imunidade tributária para o teatro, cinema, dança e todos os segmentos cul-



No afã de combater a pirataria, CCJ passou como rolo compressor sobre a ZFM

Endosso

O “massacre” da votação da PEC da Música contou com os votos favoráveis dos senadores Jorge Viana e Sergio Petecão, do Acre; Romero Jucá, de Roraima; e Randolfe Rodrigues, do Amapá, áreas de abrangência da Suframa.

turais. Para que Vanessa e Braga possam apresentar qualquer emenda ao texto de Eunício Oliveira são necessárias 27 assinaturas, uma tarefa nada fácil devido a quase unanimidade do Senado em relação à PEC da Música.

Sem lograr êxito nos argumentos de que a Proposta de Emenda à Constituição 123/11 é prejudicial à Zona Franca de Manaus (ZFM), Vanessa e Braga articularam uma

reunião para o dia 14 de maio, entre os representantes dos Ministérios da Indústria e Comércio; Fazenda e Cultura com empresários do setor de CDs e DVDs do Polo Industrial de Manaus (PIM), artistas e produtores musicais. O objetivo é buscar um consenso sobre a proposta antes da votação no plenário do Senado.

Na votação da CCJ, Braga deixou claro que sua posição não representava desapareço pela cultura e pelos artistas brasileiros. Seu voto contrário foi motivado pelo risco de a desoneração fiscal da produção musical ameaçar a indústria fonográfica instalada ZFM. “Nós, do Amazonas, não temos nada contra incentivos à cultura brasileira. Acreditamos que a aprovação desta PEC não garantirá o combate à pirataria e não terá os efeitos esperados pelos seus defensores”, declarou o líder do Governo no Senado.

Vanessa ressaltou o temor de que a isenção tributária venha provocar o deslocamento do parque produtivo de Manaus para outras regiões do País, mais especificamente para o eixo Rio-São Paulo, que concentra 80% dos consumidores de música.

Desafinado

■ ■ Vem por aí mais barulho. Segunda-feira, a polêmica PEC da Música, que passou ontem pelo Senado com muitas divergências, será assunto de reunião entre empresários do segmento de DVDs e CDs do PIM, representantes do Governo e artistas. Encontro articulado por Vanessa Grazziotin.

PEC da Música' avança e será votada com urgência

Equipe EM TEMPO

Em mais uma derrota para o Polo Industrial de Manaus (PIM), a proposta de emenda à Constituição (PEC 123/11) avançou, ontem, no Senado Federal. A chamada "PEC da Música", que isenta de impostos CDs e DVDs e tira a competitividade da indústria local, recebeu apenas um voto contrário na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) — o do líder do governo, senador amazonense Eduardo Braga.

Mesmo com a batalha perdida na CCJ, a bancada amazonense se movimentou para buscar um consenso diante das divergências em torno da PEC, antes da proposta ser levada para votação em dois turnos no Senado, para onde foi enviada em regime de urgência. Uma reunião articulada pela senadora Vanessa Grazziotin foi marcada, para a próxima segunda-feira, com os representantes dos ministérios da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior, da Fazenda e da Cultura, empresários do setor de CDs e DVDs do PIM e artistas de expressão nacional com o intuito de "aparar as arestas" existentes sobre o assunto.

As divergências são acirradas. Os defensores da "PEC da Música" alegam que a aprovação definitiva da proposta vai reduzir em até 25% os preços dos CDs e DVDs, combaterá a pirataria e estimulará as vendas e o lançamento de novos artistas no mercado.

As opiniões contrárias, por outro lado, afirmam que a PEC vai causar desemprego em Manaus, onde o setor gera 10 mil postos de trabalho, e não terá eficácia no combate à pirataria.

A senadora Vanessa Grazziotin ressaltou que a reunião será uma oportunidade para que órgãos como a Re-

aprovção da "PEC da Música" inconstitucional, e o próprio Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic) possam se manifestar sobre a proposta. "Vamos buscar uma solução que beneficie a indústria. Não posso dar garantias. Mas, o governo vai se empenhar para que o Amazonas e sua indústria não percam", afirmou o secretário-executivo do Mdic, Alessandro Teixeira, que esteve, ontem, em Manaus, para participar da 256ª Reunião do Conselho de Administração da Suframa (CAS).

Perigos iminentes

O titular da Superintendência da Zona Franca de Manaus

RISCO

"PEC da Música" traz risco aos investimentos de cinco empresas locais, que produzem CDs e DVDs, e à geração de aproximadamente 10 mil postos de trabalho no parque fabril de Manaus

(Suframa), Thomaz Nogueira, destacou que o texto da "PEC da Música", em trâmite no Senado, apresenta "riscos".

Na avaliação dele, além de isenções para obras brasileiras, os incentivos podem ser estendidos também para as produções estrangeiras que contenham conteúdo musical de artistas nacionais. Caso aprovada, a "PEC da Música" vai dar imunidade tributária sobre os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros, bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham.



"PEC da Música" teve destaque durante reunião do CAS. Representante do governo, Alessandro Teixeira, não deu garantias

Sem competitividade

Na "ponta do lápis", a "PEC da Música" não dá competitividade em relação à pirataria. Conforme a senadora Vanessa Grazziotin, se um CD custa R\$ 4, o que será retirado do custo dele é o imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que é de 12%.

Nesse caso, a economia será de apenas R\$ 0,48. Se no produto final, com música, o CD custa R\$ 20, a redução nesse preço final

será apenas do ICMS, ou seja, o produto custará R\$ 19,52. "A redução não vai torná-lo competitivo frente aos CDs piratas, que custam menos de R\$ 5", explicou a parlamentar.

A senadora afirmou que pretende também apresentar emendas ao texto da PEC, que minimizem o máximo possível os danos à indústria local, considerando, por exemplo, a isenção do ICMS só para a comercialização virtual.

CAS aprova 57 projetos

Um conjunto de 57 projetos industriais e de serviços foi aprovado, ontem, durante a 256ª Reunião Ordinária do CAS. Os projetos somam investimentos de US\$ 368,7 milhões e prevêem a geração de 1.215 postos de trabalho no Polo Industrial de Manaus (PIM), nos próximos três anos.

Destaque para os investimentos da Sense Bike da Amazônia (US\$ 6,4 milhões), da Quark Fabricação de Equipamentos Ferroviá-

rios e Serviços de Engenharia (US\$ 2,3 milhões), da CMC da Amazônia Indústria e Comércio de Óculos e Relógios (US\$ 15 milhões) e a Erin Engenharia e Construção (US\$ 9,6 milhões).

Além da aprovação de novos investimentos para o PIM, a reunião abordou assuntos como o concurso público que será realizado pela Suframa e as definições sobre o Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA).

Economia

Indústria preocupada com produtividade de trabalhadores de áreas alagadas

A cheia do Rio Negro tem preocupado a indústria local, que está receosa dos impactos na produtividade dos trabalhadores que tiveram residências afetadas pelo fenômeno na capital do Estado do Amazonas.

PÁG 10

Claro & Escuro

PROMESSA

Das cinzas

Principal compromisso firmado quando assumiu a Suframa, Thomaz Nogueira prometeu entregar um estudo para 'ressuscitar' o Distrito Agropecuário do Estado. Criado na década de 1980, o projeto nunca foi para frente porque os empresários do PIM desistiram da iniciativa. Na reunião do CAS, Thomaz disse que entrega o plano de trabalho na próxima reunião do conselho.

INVESTIMENTOS

Fabricação de postes

Outro assunto discutido no CAS foi a implantação da empresa Amazonpostes, uma indústria de artefatos de concreto que tem projeto para produzir postes de energia de fibra de vidro com poliéster com investimento de US\$ 3,3 milhões.

CCJ aprova PEC da Música e Vanessa promete emendas

TEXTO Mário Bertles
FOTO Waldemir Barreto/Agência
Senado/09/05/2012

BRASÍLIA

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) afirmou, ontem, após a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 123/2011, a PEC da Música, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, que deve apresentar pelo menos duas emendas à matéria na discussão em plenário. A PEC prevê isenção fiscal para CDs e DVDs com obras musicais de autores brasileiros.

Segundo a senadora, uma das emendas é para que a isenção fiscal prevista na proposta para mídias musicais seja concedida apenas nas vendas pela internet, em uma tentativa de resgatar o teor original da PEC, em 2007. A outra emenda é para que a isenção seja estendida a peças de teatro, dança e cinema.

A senadora adiantou, porém, a dificuldade de obter, para cada uma das emendas, as 27 assinaturas necessárias para a protocolização. "Vai ser muito difícil coletar as 27 assinaturas para propor as emendas, já que a PEC da Música conta com apoio de muitos parla-

mentares", afirmou Vanessa.

A senadora deve propor, para a próxima semana, um encontro entre os representantes do setor – músicos, empresários do ramo de gravadoras, produtoras independentes e representantes da Zona Franca de Manaus – com técnicos dos ministérios do Desenvolvimento e Comércio Exterior e da Fazenda, pastas contrárias à PEC, para discutir "de forma técnica" a questão.

"A ideia é fazer um encontro, sem a presença dos parlamentares, mas apenas com os técnicos que discutem o assunto, para elaborar um parecer sobre a proposta". Vanessa diz que o encontro deve resultar em informações técnicas sobre a matéria, no que diz respeito à redução de preços (tese defendida pelos apoiadores) e também sobre os impactos que a PEC pode gerar na Zona Franca de Manaus. "São pelo menos 7 mil empregos que dependem do setor. Mas discutir aqui foi como falar para as paredes", afirmou Vanessa.

Apesar das tentativas dos senadores do Amazonas de pôr o fator emprego em questão, a maioria dos senadores membros da comissão votou a favor da PEC da Música. Apenas o senador Eduardo Braga (PMDB) votou contra.

Se aprovada, porém, a PEC passaria a isentar produtores de fonogramas e videofonogramas que contenham músicas de artistas nacionais – o que, na avaliação dos parlamentares do Amazonas, vai enfraquecer a produção feita em Manaus, que concentra 98% da fabricação e da distribuição destas mídias. Outro fator complicador do assunto, na avaliação da base do Estado no Congresso Nacional, é o trecho da PEC que diz que a isenção também valeria para "suportes materiais" das mídias musicais. Para Vanessa, é necessário discutir esses detalhes.

FRASE



Vanessa Grazziotin.

Senadora

São pelo menos 7 mil empregos que dependem do setor. Mas discutir aqui foi como falar para as paredes"

Criticando a aprovação da PEC.

Indústria teme prejuízos com cheia

Representantes do setor se mostraram preocupados com produtividade dos trabalhadores

TEXTO Henrique Saunier
FOTO Sandro Pereira/10/01/12

MANAUS

A cheia no Amazonas tem preocupado a indústria local, que está receosa dos impactos na produtividade dos trabalhadores afetados pelo fenômeno. Na última reunião do Conselho de Administração da

Suframa (CAS), o superintendente da autarquia, Thomaz Nogueira, disse que pretende discutir as formas para amenizar os impactos negativos da enchente no Estado.

Nogueira afirmou que vai chamar os representantes da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam) e do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam) pa-

ra conversar sobre a situação. "É possível que os trabalhadores da indústria possam estar passando por dificuldades e isso é um risco à produtividade", comentou o superintendente.

O presidente da Fieam, Antônio Silva, concordou que em algum momento, os trabalhadores podem ser afetados, mas limitou a preocupação aos que moram em áreas de maior risco. Segundo ele, cabe às empresas também se manterem atentas aos riscos do fenômeno. "Na hora que houver uma necessidade maior, cada empresa deve dar apoio aos seus funcionários para resolver o problema, e para que isso não venha a afetar a produtividade do polo", ressaltou.

O empresário salientou que as entidades do setor já vêm conversando sobre o assunto, mas ele acredita que é preciso haver também um apoio do governo. "Mas vamos aguardar e esperar que não chova tanto", finalizou.

Já o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Manaus, Valdemir Santana, declarou que ainda não registrou nenhum problema mais sério nesse assunto e que "uma coisa não tem nada a ver com a outra", quando o assunto é impacto da cheia na produtividade do trabalhador do Polo.

Projetos aprovados

Com investimentos de US\$ 386,7 milhões nos próximos três anos, a pauta da reunião do CAS aprovou projetos dos setores de Duas Rodas, Madeireiro e Eletroeletrônico. Um dos que chamaram a atenção foi o da Erin, para a fabricação de balsas, no valor de US\$ 9,5 mi.



Superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, destacou a necessidade do PIM de ajudar municípios do interior do Estado

FRASE



Antonio Silva.
Presidente da Fieam

Vamos discutir, mas entendemos que esta é uma demanda também do governo, não só das empresas"

Sobre a ajuda a afetados pela cheia.

OS NÚMEROS

368 milhões de dólares foi o valor dos projetos aprovados na reunião do CAS desta quarta-feira.

1.214 empregos deverão ser criados com a concretização dos projetos. As empresas têm prazo de três anos para tornar o projeto realidade e não perder os benefícios fiscais.

205 novos empregos estão previstos no projeto da CMC da Amazônia, para produzir armação de óculos, óculos de sol e relógio.

CAPA

**PEC da Música - A cada dia
ZFM dança o forró da agonia**

Dança da agonia estrangula ZFM PEC da Música continua matando indústria fonográfica local



Já estava morando na casa do sem jeito o desdobramento da PEC da Música, que implo- de mais um segmento da Zona Franca de Manaus, quando os senadores do Amazonas tentaram suspender a audiência pública, adiar os debates e propor a criação de um grupo de

trabalho para discutir melhor o conteúdo da PEC da Música, a Proposta de Emenda Constitucional nº 123/11 que dá imunidade tributária aos fonogramas e videogramas de artistas e autores brasileiros. E de quebra, abala as vantagens fiscais do setor manufatureiro

aqui instalado no Pólo Industrial. O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), rejeitou todos os recursos dos senadores Eduardo Braga (PMDB-AM) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). O episódio confirma,

indiretamente, o baixo prestígio que Braga desfruta entre os pares de seu partido. Quando Mestrinho apresentou a ficha do senador, na época em que ele governava o Amazonas, foi Eunício um dos anfitriões. Renan e Sarney eram os outros. Deu no que deu.

Dança da agonia estrangula ZFM (continuação)

Eunício, de anfitrião a carrasco



Enquanto Braga foca sua atenção e energia na discussão da Prefeitura de Manaus, e acha desnecessário tentar seduzir seus colegas a manter os empregos no Amazonas, o relator da matéria, o senador cearense, de anfitrião virou carrasco dos interesses do Estado que Braga representa. Ele está perdendo quase todas no que diz respeito à Zona Franca de Manaus. Eunício anunciou que o parecer dele, favorável à PEC da Música, entraria em votação na sessão desta quarta da CCJ, sendo o primeiro item da pauta. “A

minha obrigação é preservar a cultura brasileira e já deixei isso bem claro quando apresentei o meu relatório”, disse Eunício Oliveira no final da audiência pública. Questionado se iria atender aos apelos de Braga e Vanessa e criar uma mesa de negociação entre os artistas, empresários, entidades de classe, Receita Federal e Parlamento para debater mais aprofundadamente o teor da proposta, ele disse que a possibilidade é remota, mas poderá mudar o relatório se os interessados no assunto chegarem a uma negociação.

Sete mil empregos

De acordo com o contrarâneo de Eunício, o cantor e compositor cearense, Raimundo Fagner, a PEC da Música é um excelente remédio porque a pirataria é um câncer e precisa ser combatida de todas as formas. “Se a gente consegue baixar o preço para que aquele público que quer o CD e DVD, mesmo com todas as mídias digitais, estimula o mercado e essa indústria que está tão caída. Por isso, é importante que a gente procure várias formas e aprovar essa proposta é essencial”.



Dança da agonia estrangula ZFM (continuação)

Ineficaz e inoperante

O superintendente da Zona Franca de Manaus, Thomaz Nogueira, disse que a medida é ineficaz aos fins a que se pretende. Ela não resolve o problema da pirataria nem o custo da música no País, por isso, ela é ineficaz. Causará problemas à estrutura produtiva existente no pólo de CD e DVD e afetará cerca de sete mil empregos. O presidente do Sindicato das

Indústrias dos Meios Magnéticos e Fonográficos do Estado do Amazonas, Amauri Carlos Blanco, diz que o debate não está completo. Seriam necessárias mais discussões, no entanto, admite que a CCIJ e o plenário do Senado vão "massacrar" o pólo de CD e DVD da Zona Franca de Manaus como ocorreu na Câmara dos Deputados.

Adin da Vanessa



Enquanto o senador Alfredo Nascimento se descabelava pra provar que a revista Veja e o bicheiro Carlinhos Cachoeira são os culpados por sua desdita, demissão e transformação em lixo dos seus trinta anos de vida pública, a senadora Vanessa Grazziotin, empenhada em arranjar computadores para fazer fluir a CPI do Cachoeira, já avisou que se a proposta passar pelo Senado e for promulgada, o Governo do Ama-

zonas vai entrar com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no STF, questionando entre outros assuntos o termo "suporte material" que consta do texto da PEC 123/11. Os empresários do PIM entendem que qualquer bem físico, como celular, mp3 e outros produtos podem ser considerados suporte de música e aí tudo estaria sob a imunidade tributária da proposta, o que seria inconstitucional.